

Cultura letrada, magistério e reconhecimento intelectual feminino

Olívia Candeia Lima Rocha

Mestre em História do Brasil (UFPI). Professora da Universidade Federal do Piauí (campus de Picos). e-mail: candeia09@hotmail.com

Resumo: Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Teresina vivenciava um processo de modernização evidenciado pela urbanização e por novas formas de sociabilidade. O deslocamento das fronteiras de gênero resultou na ampliação das possibilidades femininas no espaço público em atividades relacionadas à educação, lazer e trabalho. A atuação feminina na imprensa local e a organização de periódicos redigidos por mulheres davam ressonância a discursos feministas encetados em publicações, como a *Revista Feminina*. O acesso feminino à educação e ao magistério favoreceu o reconhecimento intelectual das mulheres e a maior participação feminina nos periódicos locais. Contudo, os espaços de publicação são perpassados por relações de poder, e a alteração das tradicionais configurações de gênero envolve subterfúgios e conflitos.

Palavras-chave: 1. Educação. 2. Magistério. 3. Imprensa. 4. Feminismo.

Abstract: During the first decades of the 20th century, Teresina was going through a process of modernization evinced by urbanization and new forms of sociability. The displacement of gender frontiers resulted in the increase of feminine possibilities in public domain, especially in activities related to education, leisure and work. The feminine performance in local press and the organization of journals written by women led to the importance of feminist discourses brought by publications such as the *Revista Feminina*. The feminine access to education and professorship favored the intellectual acknowledgement of women and the greater feminine participation in local journals. However the spaces of publications are moved by the relations of power, and the changes of traditional genre configurations involve evasions and conflicts.

Keywords: 1. Education. 2. Professorship. 3. Press. 4. Feminism.

Introdução

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por conflitos em torno dos papéis femininos e masculinos na sociedade brasileira. Essas tensões perpassam a discussão sobre o sufrágio feminino e a ampliação da participação feminina em atividades de trabalho e representatividade cultural no espaço público. Esse processo relaciona-se também com as transformações decorrentes da modernização urbana, que remodela as cidades, mas também os costumes, os comportamentos, os valores e resulta em novas formas de sociabilidade. Tratava-se de um modelo de progresso fornecido por cidades como Paris e Rio de Janeiro, na época capital do Brasil.

Essas transformações também repercutem na capital do Piauí, Teresina, criada em 1852, a partir de um planejamento que lhe conferiu ruas retilíneas e espaços para arborização e construção de passeios. No início do século XX, essa jovem cidade viven-

ciava diversas intervenções urbanas e transformações sociais que modificavam sua aparência e introduziam novas formas de lazer e sociabilidade.

As iniciativas em prol da institucionalização da educação feminina e a participação de mulheres na imprensa e nos eventos de caráter cultural podem ser relacionadas como aspectos marcantes das transformações vivenciadas na sociedade teresinense, entre os anos de 1900 a 1930. Constituindo-se como objetivo deste artigo analisar de que maneira essas mudanças contribuíram para a afirmação intelectual feminina, esta reflexão foi desenvolvida a partir da leitura crítica de jornais e revistas publicados em Teresina nas primeiras décadas do século XX, balizada pelo aporte bibliográfico de trabalhos acadêmicos que discutem aspectos sociais e culturais da sociedade piauiense desse período, ou que discutem as relações de gênero e poder que perpassam os espaços de escrita, publicação e representatividade intelectual.

1. A instrução feminina e a formação de leitoras e escritoras

Nas primeiras décadas do século XX, Teresina vivenciava um processo de modernização evidenciado pelas transformações na urbanização, nas formas de lazer e no comportamento social. O surgimento de novas possibilidades para as mulheres, em atividades relacionadas à educação, ao lazer e ao trabalho, contribuiu para ampliar o deslocamento feminino entre o espaço privado e o público (CASTELO BRANCO, 1996).

Essas mudanças foram acompanhadas pela emergência de discursos que abordavam a educação e o comportamento feminino, atuando de forma prescritiva para moldar paradigmas idealizados, de forma que a sociedade começava a se preocupar com a instrução e o disciplinamento das mulheres, por meio de instituições educacionais, destacando-se a criação do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em 1906, e da Escola Normal, em 1910.

A instrução feminina foi uma prática social marcada pela disputa entre Igreja, intelectuais maçons e livres pensadores, tendo em vista o papel da mulher na formação dos futuros cidadãos:

[...] era importante que a mulher dominasse a leitura, a escrita, a maneira de conversar; que soubesse conhecer o mundo além das fronteiras do lar. [...] Era interessante para católicos e livres-pensadores mulheres educadas para as prendas domésticas, damas culturalmente polidas e boas donas de casa, jamais mulheres que viessem a fazer reivindicações políticas, pretendendo maior espaço na vida pública (PINHEIRO, 2001, p. 89).

Apresentava-se, assim, uma convergência discursiva para um modelo que restringia as mulheres aos papéis de mãe e esposa. Argumentava-se que a instrução feminina devia ser orientada para a família e para o espaço doméstico:

Ser mãe e ser esposa é uma verdadeira ciência, cuja posse, como a de todas as ciências, depende principalmente de um largo e apurado estudo. Se é difícil saber ser mãe, é mais difícil saber ser esposa. [...] É preciso que ela tenha sido na longa extensão da palavra, uma completa mulher de casa; que tenha a serenidade e a paciência posta à última prova, que tenha a suprema bondade e que reúna a essa cultura de espírito precisa para ser a confidente de um homem de gênio, que saiba todos os segredos da química culinária, que tenha a compreensão, e o gosto das artes decorativas: que seja enfim superiormente instruída; que não seja médica, nem filósofa, nem jornalista e que empregue todo o seu espírito e todo o seu coração em ser unicamente uma mãe e uma esposa (URTIGÃO, 1908, p. 2).

A medicina, a filosofia e o jornalismo eram atividades que estavam fora das configurações sociais estabelecidas para a atuação feminina na sociedade. Este texto insere-se em um contexto, no qual as mulheres estavam enveredando por novas esferas de atuação social, entre elas, a imprensa. É nessa perspectiva que se inscreve o jornal *Borboleta*, primeiro periódico de redação feminina no Piauí, que circulou entre 1904 e 1906.

O jornal *Borboleta* constituiu-se em um espaço, no qual as mulheres podiam expressar o desejo de estabelecer e consolidar novas frentes de atuação na sociedade, vislumbrando, inclusive, reconhecimento intelectual, como se percebe no texto a seguir:

A mulher, como todos sabem, deve ser instruída, não só porque a instrução lhe dá mais realce como também porque a habilita para todos os misteres da vida, para o bom desempenho dos deveres que lhe são inerentes. Muitos pensam que a mulher deve esmerar-se mais na educação doméstica, eu porém não penso assim, acho que ela não deve conquistar títulos que não estejam ao seu alcance mais deve estudar e trabalhar muito com o fim de ter certos conhecimentos seguindo assim o exemplo de Maria Amália Vaz de Carvalho, Julia Lopes de Almeida, Inês de Sabino e tantas outras que têm sabido se impor pela sua vasta ilustração. A instrução é a base da vida, a mulher instruída tem entrada franca em toda parte, e finalmente a instrução é um tesouro que todos devem buscar (A. B.¹, 1905, p. 1).

Escritoras de considerável projeção na sociedade da época, como a portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, e as brasileiras Julia Lopes de Almeida e Inês Sabino, são citadas como exemplos a serem seguidos, verificando-se que a instrução e a atividade literária são percebidas como práticas capazes de ampliar as possibilidades de atuação social e de reconhecimento intelectual das mulheres. Atividades relacionadas à educação e ao trabalho possibilitaram a ampliação da presença feminina no espaço público, permitindo o acesso e o consumo de periódicos de circulação nacional, como *Fon-Fon* e *Revista Feminina*, publicações que podiam ser encontradas em livrarias da capital piauiense.

Destaca-se que os jornais publicados em Teresina davam ressonância ao movimento feminista, por meio de notícias, artigos e crônicas de autoria feminina que discutiam o lugar e o papel da mulher na sociedade:

Com a nossa emancipação social ganharemos, também, o que, até hoje, se nos tem negado. [...] Alonguemos a vista, e lá, ao longe, se verá a estrada florida que nos há de conduzir ao lugar que nos cabe. [...] Cogitemos de nós, já que os homens nos abandonam ao papel doméstico que querem desempenhemos eternamente (DOLORES, 1922, p. 4).

Condeno, entretanto a tendência que temos de nos restringir (com raras exceções) aos labores domésticos. Cultivemos as letras, as ciências, e as artes, e procuremos tornar independente nosso futuro, extinguindo, desta forma, o velho preconceito de que a mulher não pode prescindir do casamento (MAGNÓLIA, 1922, p. 4).

¹ O uso de iniciais constituiu uma prática recorrente entre as mulheres que publicavam na imprensa teresinense durante as décadas iniciais do século XX. Considerando-se que, entre as redatoras do jornal *Borboleta*, consta o nome de Alaíde Burlamaqui, atribui-se a ela a autoria do texto assinado com as iniciais A. B.

Verifica-se que o uso de nomes próprios femininos e a denominação de flores, eram codinomes que serviam para proteger as cronistas da censura moral da sociedade e mesmo da família. Assim, os pseudônimos funcionavam como mecanismos capazes de burlar as fronteiras discursivas do que a sociedade da época considerava apropriado para a expressão feminina (MORAIS, 2002; MAGALHÃES, 1998; ORLANDI, 1995).

Percebe-se que essas mulheres estavam ansiosas por conquistar novos papéis sociais e obter perspectivas de realização pessoal, que não se limitavam ao casamento e à maternidade. A instrução e o magistério eram vistos como atividades que oportunizariam independência financeira e outras possibilidades de reconhecimento social às mulheres.

Os debates sobre o papel social das mulheres e o feminismo encetaram uma crítica à restrição das mulheres ao papel de esposa e mãe, de forma que a aquisição de instrução era apontada como uma prática que possibilitaria a ampliação dos horizontes de realização feminina. Entretanto, buscava-se uma conciliação entre os papéis femininos na família e as novas perspectivas que as transformações urbanas e culturais oportunizavam às mulheres. Tratava-se, assim, de um feminismo que articula novas configurações sociais para a mulher instruída, de grupos sociais de maior poder aquisitivo, ideal que termina por se conformar ao novo modelo de mulher, dona de casa e mãe zelosa, mas também, possuidora do refinamento cultural necessário para as novas formas de sociabilidade da vida urbana (ROLNIK, 1989).

A criação da Escola Normal, em 1910, como uma instituição voltada para o sexo feminino, com o objetivo de formar professoras, contribuiu para inscrever novas posições para as mulheres na sociedade piauiense, tendo em vista que a atuação no magistério e o vínculo estudantil com a Escola Normal colaboraram para que professoras e estudantes pudessem se posicionar como agentes de um discurso portador de aceitação e credibilidade social, o que é observado pela publicação de textos e discursos nos jornais locais. Nessa perspectiva, o acesso feminino aos conhecimentos pedagógicos desencadeou um deslocamento das fronteiras que interditavam os lugares de saber e enunciação para as mulheres (FOUCAULT, 1996).

Contudo, esse processo não se estabelece sem tensões e conflitos, verificando-se a ocorrência de medidas que buscavam manter bem definidas as fronteiras estabelecidas para a atuação de homens e mulheres na sociedade. Convém mencionar que se buscou restringir a participação de mulheres casadas em escolas públicas do Estado do Piauí, sob a alegação de incompatibilidade entre o casamento e o magistério, pois ambos exigiriam dedicação total e missionária. Evidenciou-se, assim, uma ação disciplinar que por meio de estratégias discursivas, buscam delimitar o espaço doméstico como o lugar preferencial de atividade das mulheres casadas. Subjacente a essa questão, buscava-se diminuir a presença destas, no espaço público, repleto de situações sedutoras, representadas pelas possibilidades de lazer e de encontros.

A reforma da instrução piauiense de 1921 causou acirrados debates nos jornais locais. Os que eram contrários à conciliação do trabalho feminino no magistério com o casamento e a maternidade declaravam que esses papéis eram incompatíveis entre si, portanto, acumulá-los seria prejudicial ao ensino, pois as novas exigências pedagógicas requeriam a presença diária da professora na escola e a substituição profissional acarretaria prejuízo aos alunos:

Ora, demonstram as estatísticas, menos freqüência da professora casada que não raramente é forçada a grandes interrupções em gozo de licenças resultando disso solução de continuidade nos métodos, devido à substituição da proprietária da cadeira, havendo prejuízos para o ensino. Tanto assim é que nos Estados Unidos, onde a mulher possui a mais ampla liberdade de profissão, competindo com o homem em quase todos os ramos de atividade como bem demonstra Alberto Amado em seu precioso livro *Vida Americana*, faz-se exceção das mulheres casadas no exercício do magistério primário, por verificar a sua incompatibilidade com qualquer outro trabalho (SILVEIRA, 1921).

O trabalho feminino no magistério era visto como digno; entretanto, observa-se a ocorrência de discursos contrários ao trabalho de mulheres casadas fora do lar, pois, ora a escola retirava a mulher da casa e dos cuidados com os filhos, ora a maternidade a afastava da escola, de maneira que ela não se dedicava plenamente nem a ser esposa e mãe, nem a ser professora. Por outro lado, a interdição da atuação de mulheres com vínculo matrimonial, no magistério público, era criticada como uma medida contrária à liberdade individual e favoreceria a ocorrência de uniões ilícitas, e dessa forma, a interdição posicionava-se contra a família, contra o instinto natural de amor e contra os apelos carnis típicos da natureza humana:

[...] não sei por que carga d'água, se manifesta o desejo de que as professoras, muitas delas no viço dos anos e das ilusões, se entreguem, para poderem perceber – os seus minguados vencimentos, a uma castidade completa, que se não justifica, aliás, porque vai de encontro às mais sagradas leis da natureza humana e às próprias palavras divinas que lá mandam, nos textos sagrados “crescei e multiplicai” (VASCONCELOS, 1922, p. 1).

Ora; o projeto de que se trata provoca, naturalmente, um protesto coletivo que pode assumir proporções de uma desobediência efetiva, por que vem, de modo tácito, decretar a supressão de um direito adquirido e oprimir a liberdade que a constituição garante de contrair casamento, uma vez que se preenchem as formalidades da lei (LOPES, 1922).

Percebe-se uma convergência em torno de um ideal de família entre os discursos favoráveis e os contrários à tentativa de impedir a atuação de mulheres casadas no magistério público. Os primeiros temiam o afastamento da mulher dos cuidados com os filhos e os segundos receavam o incentivo às uniões ilícitas. Ao expor a polêmica sob a denominação de “o celibato das professoras”, vários textos indicam a percepção de que a sexualidade feminina deveria ser vivenciada preferencialmente no matrimônio. Esses discursos preconizavam que a mulher solteira ou viúva tivesse uma vida casta e dedicada ao trabalho. A mulher casada deveria ser fiel ao marido e dedicada aos filhos e aos trabalhos domésticos.

A tentativa de impedir a atuação de mulheres casadas no magistério público visava promover o retorno feminino ao ambiente doméstico, diminuindo sua presença no espaço público, repleto de seduções, podendo servir o trabalho como alibi para relacionamentos extraconjugais. Além disso, a lei teria por efeito realizar o que alguns maridos não conseguiam sozinhos: proibir suas esposas de continuar trabalhando após o casamento.

A inquietação provocada pela ampliação da atuação feminina no espaço público fica evidente pela ocorrência de medidas similares, para proibir a atuação de mulheres casadas no magistério público em Estados como Santa Catarina, Minas Gerais e Piauí, respectivamente nos anos de 1917, 1920 e 1921. O lar era considerado o lugar ideal para a atuação da mulher casada. Ademais, as perspectivas de atuação das mulheres na sociedade giravam em torno de seus papéis na família. O melhor desempenho das atribuições de mãe e esposa justificava a instrução feminina e o instinto maternal respaldava sua atuação no magistério (LOURO, 2000). Em virtude da polêmica, a lei foi alterada em 1922, constando, contudo, que seria dada preferência à nomeação de professoras solteiras para o magistério público piauiense.

O avanço das mulheres no espaço público e em atividades que antes eram de monopólio masculino e as reivindicações sufragistas instalavam um clima de inquietações que ameaçava um modelo de ordenamento social e familiar, constituindo um perigo iminente de perda de espaços e poder para os homens. Daí porque se tornava urgente delimitar espaços para os papéis sociais femininos e masculinos na sociedade, refor-

çando o papel feminino na família e tentando restringir a atuação feminina ao espaço doméstico.

Conclusão

Considera-se que o acesso à educação e ao magistério teve um papel fundamental para o reconhecimento intelectual da mulher na sociedade piauiense nas primeiras décadas do século XX, contribuindo decisivamente para autorizar a voz feminina, o que se evidencia por meio de discursos e textos publicados por mulheres em periódicos locais. Essas transformações ganham relevo na década de 1920, quando a sociedade tere-sinense já contava com um significativo contingente de leitoras e professoras, resultado do investimento realizado na instrução feminina nas décadas anteriores.

Simultaneamente, o acesso à educação, o aumento da participação feminina em atividades do espaço público e a circulação de ideias feministas, impulsionavam as mulheres de classe média e alta a sonhar com outras formas de realização, sobretudo, a almejar a obtenção de reconhecimento intelectual. Mas é preciso observar que essas novas perspectivas não dispensam o casamento e a maternidade, tratando-se, assim, de uma atualização dos desejos femininos com as novas possibilidades que passavam a fazer parte do horizonte de realização das mulheres.

Os conflitos e dissonâncias em torno do papel feminino na sociedade expressam as tensões que marcam uma época de incertezas e instabilidades provocadas pelas disputas sociais que envolvem os espaços de atuação social e de reconhecimento intelectual, que são, sobretudo, lugares de poder.

Referências bibliográficas

A. B. O adorno da mulher. *Borboleta*, Teresina, p. 1, 29 dez. 1905.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

DOLORES. Correio Elegante. *Correio do Piauí*, Teresina, p. 4, 10 mar. 1922.

FERREIRA, J. Fonseca. Por que não casarem as professoras? *Piauí*, Teresina, p. 1, 7 set. 1920.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula, in: DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 443- 481.

LOPES, C. O casamento das professoras: carta aberta ao Dr. Aquiles Lisboa. *Correio do Piauí*, Teresina, p. 1, 06 abr. 1922.

MAGNÓLIA. Correio Elegante. *Correio do Piauí*, p. 4, 14 mar. 1922.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense: horizontes de leitura e crítica literária (1900-1930)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. (Coleção Repertórios).

PINHEIRO, Áurea da Paz. *As tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SILVEIRA, M. Sotero Vaz da. Razões de um voto: o casamento das professoras. *O Piauí*, Teresina, p. 1, 13 nov. 1921.

URTIGÃO, R. A Mulher. *O monitor*, Teresina, 19 mar. 1908, p.2.

VASCONCELOS, Antônio. O caso das professoras. *Correio do Piauí*, Teresina, p. 1, 24 mar. 1922.

VIOLETA. O feminismo. *O Piauí*, Teresina, 06 abr. 1926. *Vida Social*, p. 4.